

RELATÓRIO ANUAL 2017



SUMÁRIO



Mensagem da Diretoria	03
Glossário	04
Composição dos Conselhos e da Diretoria	07
Perfil dos Participantes	08
Evolução do Patrimônio	09
Rentabilidade Mensal	10
Rentabilidade Acumulada	11
Despesas da Entidade	12
Demonstrações Contábeis	13
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	25
Relatório do Auditor Independente	42
Parecer do Conselho Fiscal	45
Ata de Reunião do Conselho Deliberativo	47
Parecer Atuarial – Plano A	49
Parecer Atuarial – Plano D	57
Informações sobre as Políticas de Investimentos	65
Demonstrativo de Investimentos	69



MENSAGEM DA DIRETORIA

BEM-ESTAR HOJE, AMANHÃ E SEMPRE

Todos querem viver mais e melhor, mas existe uma fórmula para isso? Há quem diga que o maior segredo para melhorar a qualidade de vida é se planejar e, assim, ter mais tempo para aproveitar fazendo o que gosta, para cuidar da saúde, da alimentação e também das finanças.

Afinal, quando nos planejamos para fazer algo, nos sentimos preparados, conseguimos ter mais tranquilidade e enxergamos uma determinada situação de forma diferente, tornando as experiências ainda mais enriquecedoras.

Para se ter um futuro cheio de possibilidades e uma vida mais plena na terceira idade, incentivamos que os colaboradores comecem o quanto antes um planejamento para a aposentadoria por meio da Previ Novartis. Quem começa cedo tem o tempo e os juros compostos como seus maiores aliados.

Uma das principais vantagens de fazer parte da Previ Novartis é que a empresa ajuda o participante a acumular mais recursos para o futuro, depositando um valor mensal em contrapartida à Contribuição Básica que o participante realiza.

Além disso, os recursos da entidade contam com uma gestão profissional e diversificada que busca alcançar bons retornos sem uma exposição excessiva a riscos financeiros, prezando pela segurança e transparência. Veja a rentabilidade acumulada em 2017 segregada por Perfil de Investimento na página 11 deste relatório.

Somos muito satisfeitos em ajudar a melhorar o futuro de mais de 3 mil participantes e entendemos que, juntos, podemos planejar e desfrutar de uma vida com mais equilíbrio e bem-estar.

Neste Relatório Anual, reunimos os principais resultados do seu plano e da Previ Novartis em 2017. Se preferir, leia a versão resumida e veja também algumas das experiências e acontecimentos da entidade em 2017.

**Boa leitura,
Equipe Previ Novartis**

GLOSÁRIO



GLOSSÁRIO

ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) E DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

As demonstrações de mutação são documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial) a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o patrimônio social da Entidade e o ativo líquido de cada plano.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado trimestralmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado

e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

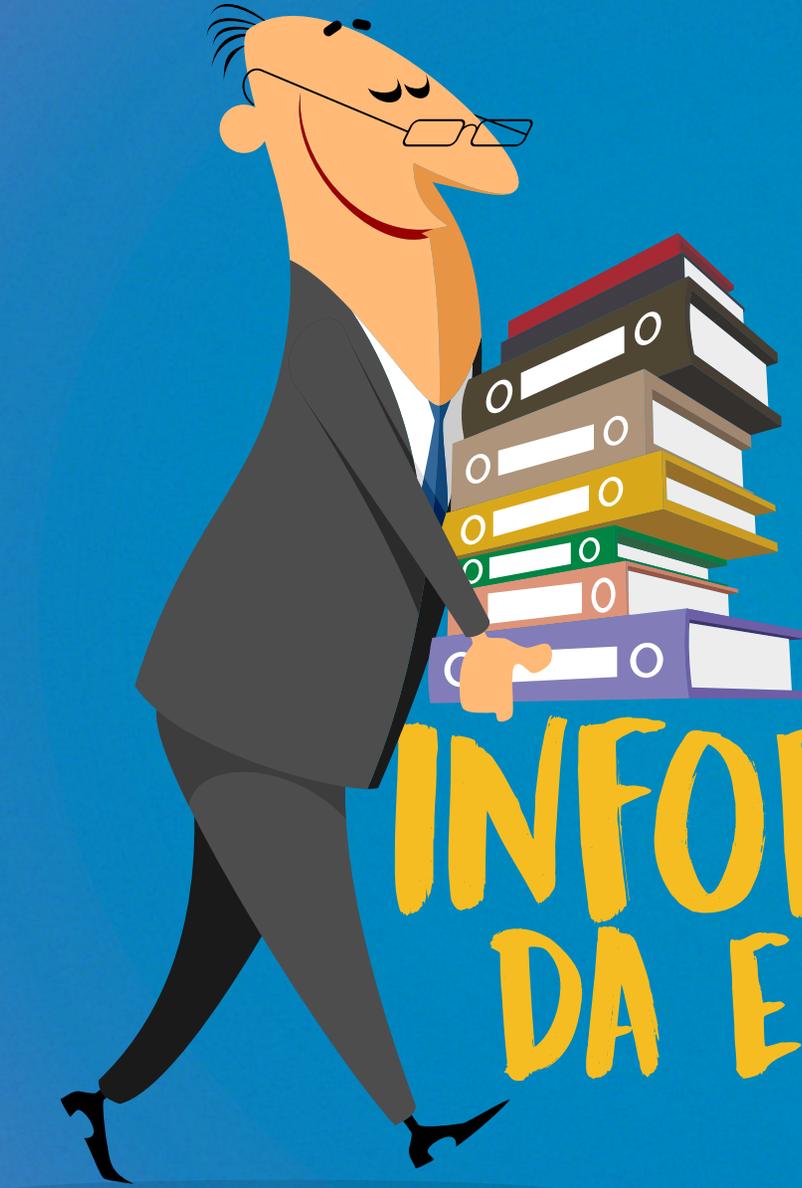
Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias. O conselho fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal, entre outras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).



INFORMAÇÕES
DA ENTIDADE

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DELIBERATIVO

DANIEL ANTÔNIO PERIN
PRESIDENTE

CORINNA IARA HOFFMANN
CONSELHEIRA - REP. PATROCINADORA

EDUARDO AMBROSINI
CONSELHEIRO - REP. ATIVOS E ASSISTIDOS

CONSELHO FISCAL

ANDERSON PENNACHIO GARBIN
PRESIDENTE

LUCIANO DE BARROS CORRADINI
CONSELHEIRO - REP. PATROCINADORA

PAULO MURADIAN
CONSELHEIRO - REP. ATIVOS E ASSISTIDOS

DIRETORIA EXECUTIVA

RENATA DESIDERIO FURINI
DIRETORA PRESIDENTE

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO
DIRETOR AETQ

FLAVIA GAMEIRO IMENES
DIRETORA

JOÃO NICOMEDES VALERI SANCHES
DIRETOR

PARTICIPANTES

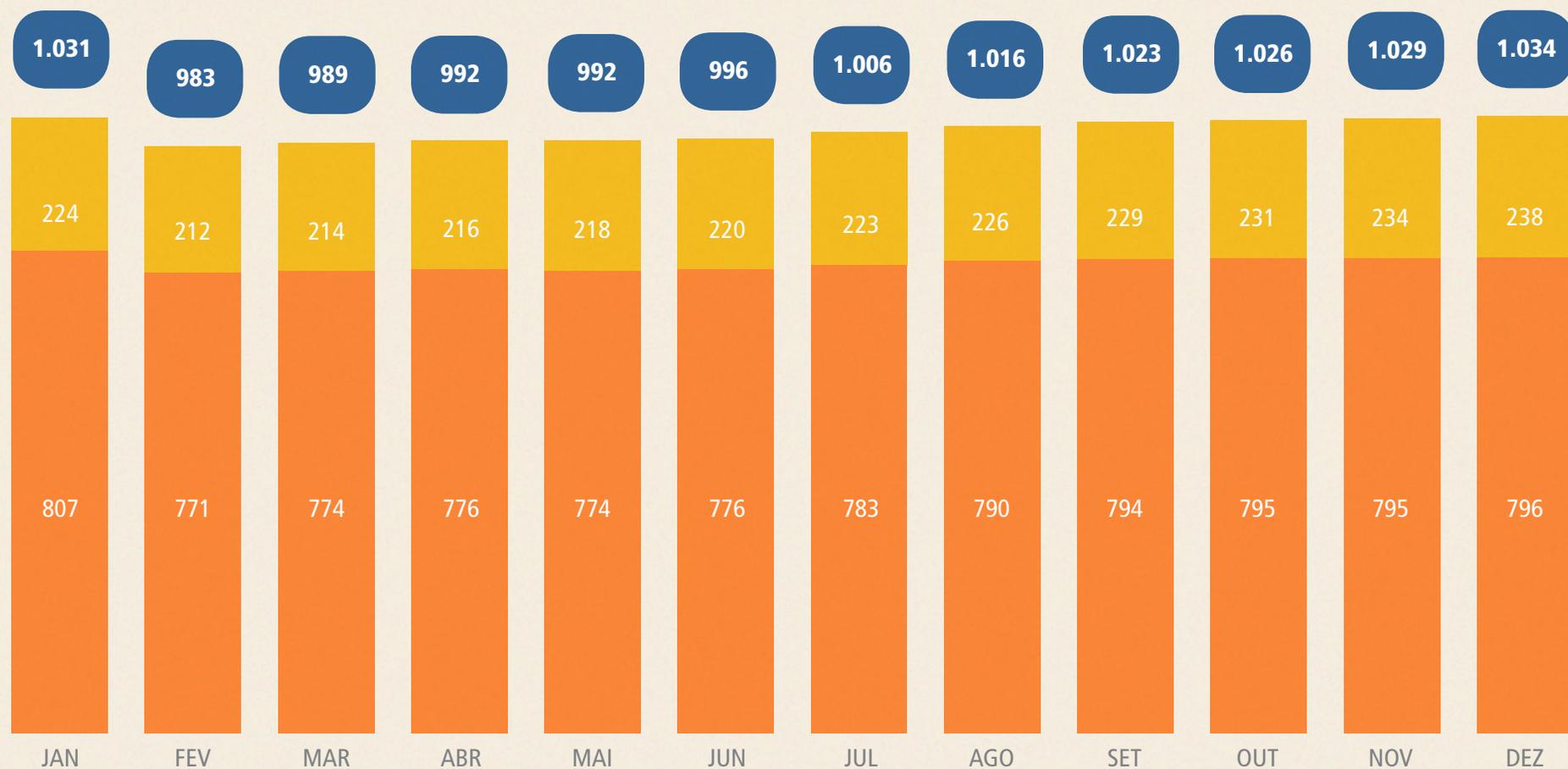


	Plano A	Plano D
Ativos	135	1.685
Autopatrocinados	0	8
BPDs	186	718
Aguardando opção	0	29
Assistidos	507	40
Aguardando pensão	3	1
TOTAL	831	2.481

base: dezembro/2017

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

(Em milhões de reais)



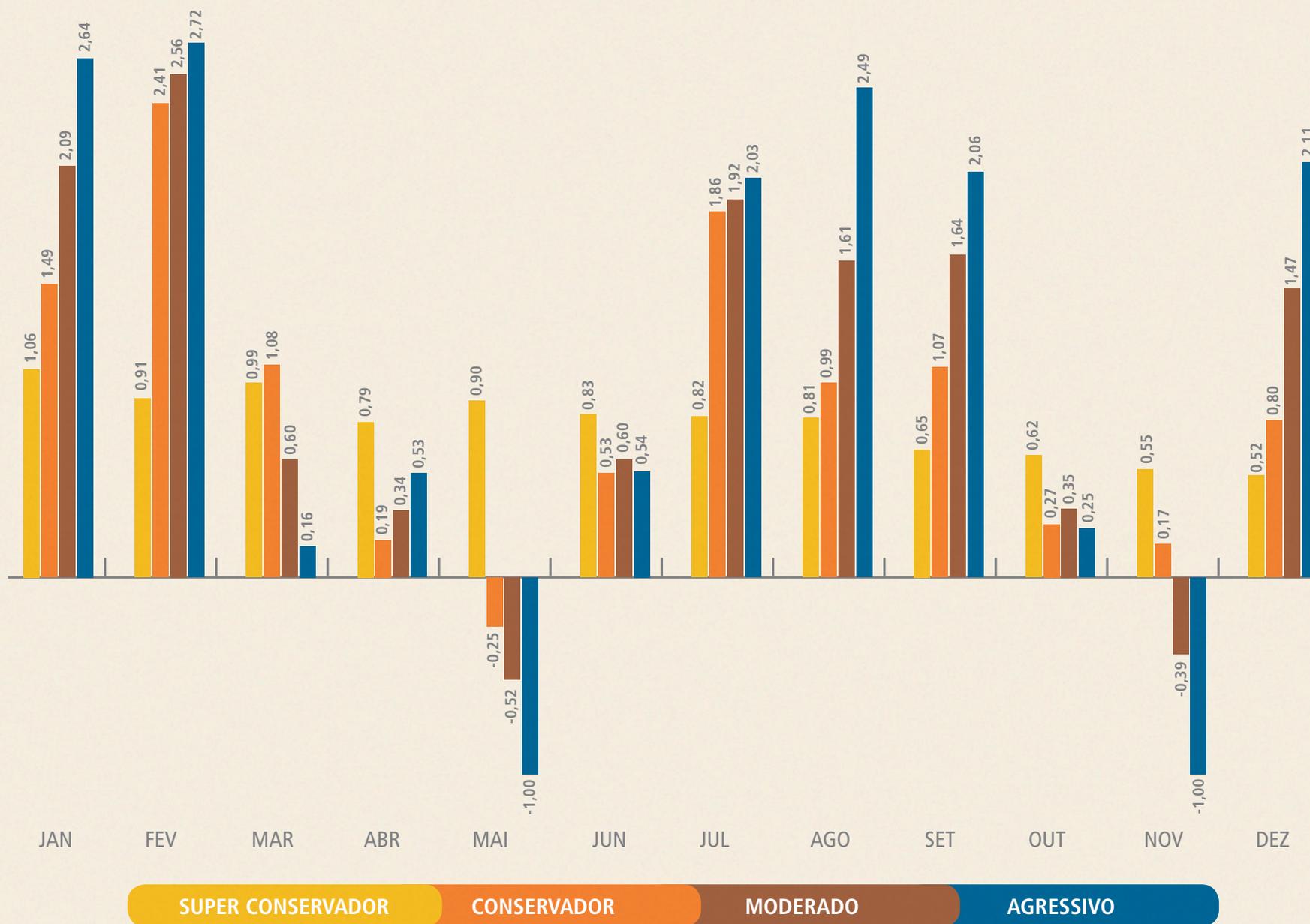
PGA A
529 milhares de reais

PGA D
880 milhares de reais

■ PLANO A
■ PLANO D

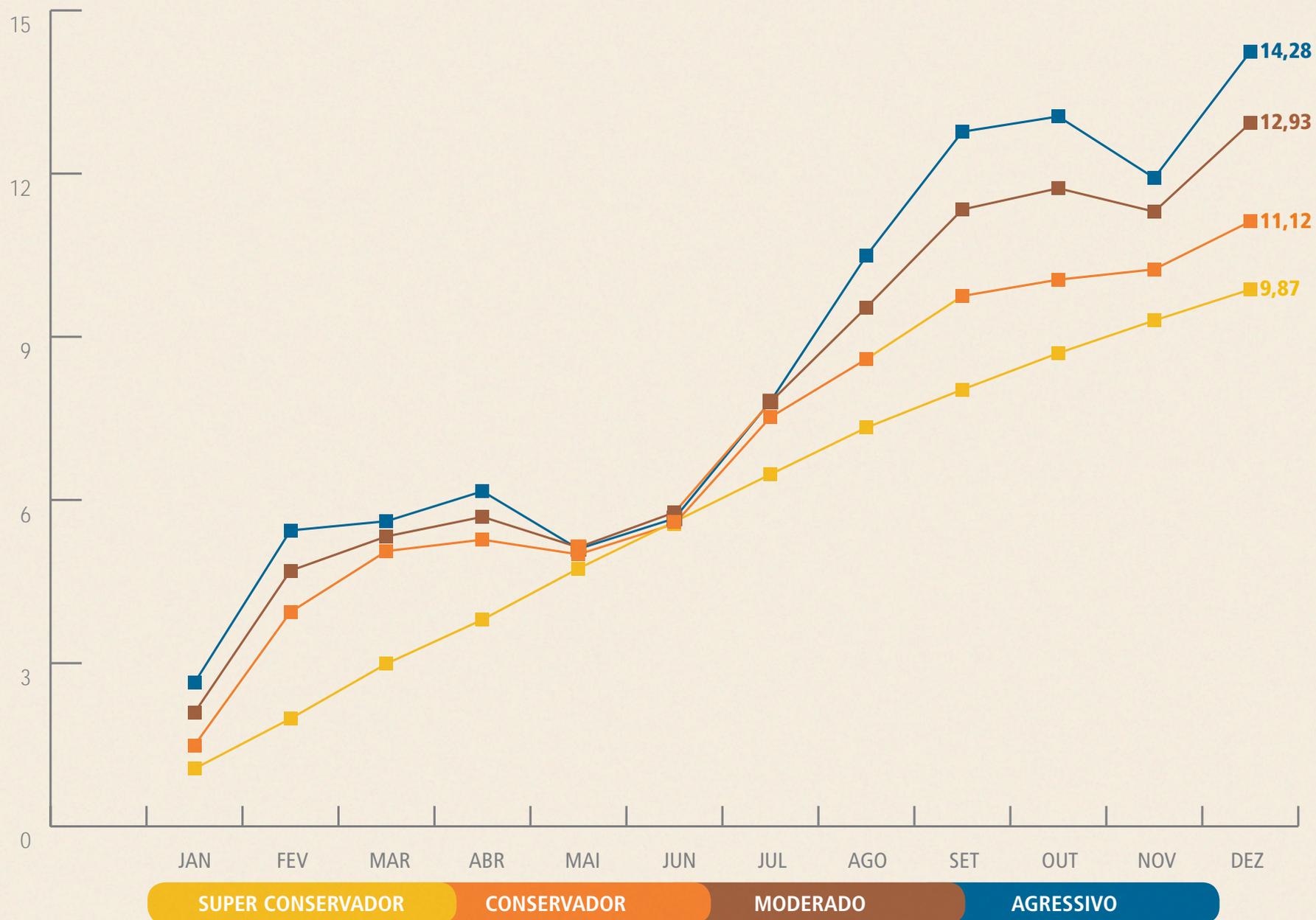
RENTABILIDADE MENSAL DAS COTAS

A rentabilidade das cotas dos perfis corresponde à variação patrimonial de cada um. Contempla as movimentações relativas à entrada de contribuições, pagamentos de benefícios, resultados das aplicações financeiras e pagamento das despesas com gestão de investimentos.



RENTABILIDADE ACUMULADA DAS COTAS

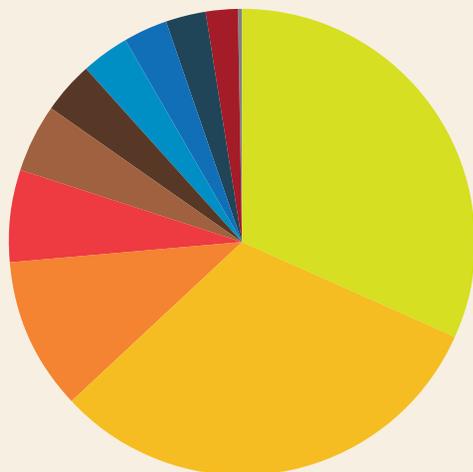
A rentabilidade das cotas dos perfis corresponde à variação patrimonial de cada um. Contempla as movimentações relativas à entrada de contribuições, pagamentos de benefícios, resultados das aplicações financeiras e pagamento das despesas com gestão de investimentos.



DESPESAS DA ENTIDADE

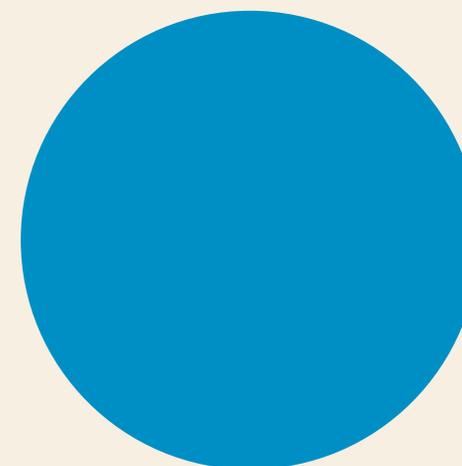
O gasto total da Previ Novartis em 2017 foi de R\$ 3,3 milhões, sendo R\$ 2,0 milhões com a administração da entidade e R\$ 1,3 milhão com a administração dos investimentos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS



		R\$
31,9%	Outsourcing	645.155
31,2%	Pessoal	631.121
10,6%	Tributos	213.632
6,4%	Honorários Advocáticos	130.422
4,6%	Congressos e Certificações	94.067
3,7%	Administração do Site	73.959
3,3%	Auditoria	67.157
3,2%	Entidades de Classe	64.701
2,6%	Consultorias	53.101
2,2%	Despesas Diversas	45.417
0,2%	Avaliação Atuarial	4.766
Total:		2.023.500

DESPESAS COM INVESTIMENTOS



		R\$
100%	Consultoria de Investimentos	1.290.836



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
Disponível		374	543
Realizável		1.035.453	1.022.131
Gestão Previdencial	5	2.185	1.088
Gestão Administrativa	5	1.553	1.410
Investimentos	6	1.031.715	1.019.633
Fundos de Investimento		1.031.715	1.019.633
TOTAL DO ATIVO		1.035.827	1.022.674

PASSIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
Exigível Operacional	7	785	791
Gestão Previdencial		652	577
Gestão Administrativa		133	214
Exigível Contingencial	8	1.315	1.229
Gestão Administrativa		1.315	1.229
Patrimônio Social		1.033.727	1.020.654
Patrimônio de Cobertura do Plano		930.891	912.770
Provisões Matemáticas	9	875.004	869.645
Benefícios Concedidos		378.942	393.337
Benefícios a Conceder		498.053	480.688
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(1.991)	(4.380)
Equilíbrio Técnico	10	55.887	43.125
Resultados Realizados		55.887	43.125
Superávit Técnico Acumulado		55.887	43.125
Fundos	11	102.836	107.884
Fundos Previdenciais		101.428	107.232
Fundos Administrativos		1.408	652
TOTAL DO PASSIVO		1.035.827	1.022.674

Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Varição (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.020.654	898.545	14
1. ADIÇÕES	127.238	169.106	(25)
(+) Contribuições Previdenciais	23.792	26.529	(10)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	99.285	139.479	(29)
(+) Receitas Administrativas	4.073	2.989	36
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	88	109	(19)
2. DESTINAÇÕES	(51.164)	(46.997)	9
(-) Benefícios	(47.850)	(43.632)	10
(-) Despesas Administrativas	(3.314)	(3.365)	(2)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	76.074	122.109	(38)
(+/-) Provisões Matemáticas	5.359	85.170	(94)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.762	41.101	(69)
(+/-) Fundos Previdenciais	(5.804)	(3.895)	49
(+/-) Fundos Administrativos	756	(267)	(383)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(63.001)	-	100
(+/-) Operações Transitórias	(63.001)	-	100
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	1.033.727	1.020.654	1

Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Varição (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	652	919	(29)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.161	3.098	34
1.1. RECEITAS	4.161	3.098	34
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.362	2.334	1
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.291	654	97
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	88	109	(19)
Outras Receitas	420	1	41.900
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.314)	(3.365)	(2)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.023)	(2.711)	(25)
Pessoal e Encargos	(631)	(816)	(23)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(94)	(51)	84
Viagens e Estádias	(2)	(3)	(33)
Serviços de Terceiros	(901)	(1.488)	(39)
Despesas Gerais	(182)	(164)	11
Tributos	(213)	(189)	13
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(1.291)	(654)	97
Serviços de Terceiros	(1.231)	(624)	97
Tributos	(60)	(30)	100
2.3 ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	-	-	-
2.4 OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	847	(267)	(417)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	847	(267)	(417)
8. Operações Transitórias	(91)	-	100
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	1.408	652	116

Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	263	110	139
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	673	768	(12)
1.1. RECEITAS	673	768	(12)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	273	454	(40)
Custeio Administrativo dos Investimentos	145	159	(9)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	38	155	(75)
Outras Receitas	217	-	100
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(392)	(615)	(36)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(247)	(456)	(46)
2.1.1 Despesas Comuns	(163)	(374)	(56)
2.1.2 Despesas Específicas	(84)	(82)	2
Tributos	(84)	(82)	2
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(145)	(159)	(9)
2.2.1 Despesas Comuns	(138)	-	100
2.2.2 Despesas Específicas	(7)	(159)	(96)
Serviços de terceiros	-	(152)	(100)
Tributos	(7)	(7)	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	281	153	84
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	281	153	84
8. Operações Transitórias	(16)	-	100
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	528	263	101

Plano de Benefícios A
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	389	809	(52)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.488	2.376	47
1.1. RECEITAS	3.488	2.376	47
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.089	1.880	11
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.146	495	132
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	50	-	100
Outras Receitas	203	1	20.200
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.922)	(2.750)	6
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.776)	(2.255)	(21)
2.1.1 Despesas Comuns	(1.646)	(2.148)	(23)
2.1.2 Despesas Específicas	(130)	(107)	21
Despesas Gerais	(1)	-	100
Tributos	(129)	(107)	21
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(1.146)	(495)	132
2.2.1 Despesas Comuns	(1.093)	-	100
2.2.2 Despesas Específicas	(53)	(495)	(89)
Serviços de terceiros	-	(472)	(100)
Tributos	(53)	(23)	130
2.3 Outras Despesas	-	-	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(46)	(100)
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	566	(420)	(235)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	566	(420)	(235)
8. Operações Transitórias	(75)	-	100
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	880	389	126

Plano de Benefícios D
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	799.507	723.111	11
1. ADIÇÕES	83.089	114.398	(27)
(+) Contribuições	6.392	4.165	53
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	76.697	110.233	(30)
2. DESTINAÇÕES	(40.291)	(38.012)	6
(-) Benefícios	(40.018)	(37.558)	7
(-) Custeio Administrativo	(273)	(454)	(40)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	42.798	76.386	(44)
(+/-) Provisões Matemáticas	(15.994)	33.769	(147)
(+/-) Fundos Previdenciais	580	2.963	(80)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	11.123	39.664	(72)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(47.089)	10	(470.990)
(+/-) Operações Transitórias	(47.089)	10	(470.990)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	795.216	799.507	(1)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	265	153	73
(+/-) Fundos Administrativos	265	153	73

Plano de Benefícios A
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	220.495	174.515	26
1. ADIÇÕES	42.350	53.944	(21)
(+) Contribuições	19.762	24.698	(20)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.588	29.246	(23)
2. DESTINAÇÕES	(9.921)	(7.954)	25
(-) Benefícios	(7.832)	(6.074)	29
(-) Custeio Administrativo	(2.089)	(1.880)	11
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	32.429	45.990	(29)
(+/-) Provisões Matemáticas	21.353	51.401	(58)
(+/-) Fundos Previdenciais	(6.384)	(6.858)	(7)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.639	1.437	14
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(15.821)	(10)	158.110
(+/-) Operações Transitórias	(15.821)	(10)	158.110
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	237.103	220.495	8
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	491	(420)	(217)
(+/-) Fundos Administrativos	491	(420)	(217)

Plano de Benefícios D
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
1. Ativos	796.756	801.644	(1)
Disponível	301	543	(45)
Recebível	736	479	54
Investimento	795.719	800.622	(1)
Fundos de Investimento	794.213	799.175	(1)
Outros Realizáveis	1.506	1.447	4
2. Obrigações	1.012	1.874	(46)
Operacional	1.012	1.874	(46)
3. Fundos não Previdenciais	528	263	101
Fundos Administrativos	528	263	101
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	795.216	799.507	(1)
Provisões Matemáticas	645.226	661.220	(2)
Superávit/Déficit Técnico	50.787	39.664	28
Fundos Previdenciais	99.203	98.623	1
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	65.907	57.097	15
a) Equilíbrio Técnico	50.787	39.664	28
b) Ajustes de Precificação	15.120	17.433	(13)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	65.907	57.097	15

Plano de Benefícios A
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
1. Ativos	239.901	221.503	8
Disponível	73	-	100
Recebível	2.857	1.261	127
Investimento	236.971	220.242	8
Fundos de Investimento	236.196	219.773	7
Outros Realizáveis	775	469	65
2. Obrigações	1.918	619	210
Operacional	1.918	619	210
3. Fundos não Previdenciais	880	389	126
Fundos Administrativos	880	389	126
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	237.103	220.495	8
Provisões Matemáticas	229.778	208.425	10
Superávit/Déficit Técnico	5.100	3.461	47
Fundos Previdenciais	2.225	8.609	(74)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	5.954	4.284	39
a) Equilíbrio Técnico	5.100	3.461	47
b) (+/-) Ajustes de Precificação	854	823	4
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	5.954	4.284	39

Plano de Benefícios D
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	796.228	801.381	(1)
1. Provisões Matemáticas	645.226	661.220	(2)
1.1 Benefícios Concedidos	366.939	382.196	(4)
Contribuição Definida	125.078	111.117	13
Benefício Definido	241.861	271.079	(11)
1.2 Benefícios a Conceder	280.278	283.404	(1)
Contribuição Definida	277.527	280.533	(1)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	150.774	152.426	(1)
Saldo de Contas - parcela participantes	126.753	128.107	(1)
Benefício Definido	2.751	2.871	(4)
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.991)	(4.380)	(55)
(-) Serviço Passado	(1.991)	(4.380)	(55)
(-) Patrocinador(es)	(1.991)	(4.380)	(55)
2. Equilíbrio Técnico	50.787	39.664	28
2.1 Resultados Realizados	50.787	39.664	28
Superávit Técnico Acumulado	50.787	39.664	28
Reserva de Contingência	47.239	39.664	19
Reserva para Revisão de Plano	3.548	-	100
3. Fundos	99.203	98.623	1
3.1. Fundos Previdenciais	99.203	98.623	1
4. Exigível Operacional	1.012	1.874	(46)
4.1. Gestão Previdencial	514	542	(5)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	498	1.332	(63)
5. Exigível Contingencial	-	-	-

Plano de Benefícios A
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	239.021	221.114	8
1. Provisões Matemáticas	229.778	208.425	10
1.1 Benefícios Concedidos	12.003	11.141	8
Contribuição Definida	10.206	8.824	16
Benefício Definido	1.797	2.317	(22)
1.2 Benefícios a Conceder	217.775	197.284	10
Contribuição Definida	210.559	189.964	11
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	81.843	74.010	11
Saldo de Contas - parcela participantes	128.716	115.954	11
Benefício Definido	7.216	7.320	(1)
2. Equilíbrio Técnico	5.100	3.461	47
2.1 Resultados Realizados	5.100	3.461	47
Superávit Técnico Acumulado	5.100	3.461	47
Reserva de Contingência	2.253	2.410	(7)
Reserva para Revisão de Plano	2.847	1.051	171
3. Fundos	2.225	8.609	(74)
3.1. Fundos Previdenciais	2.225	8.609	(74)
4 . Exigível Operacional	1.918	619	210
4.1. Gestão Previdencial	138	35	294
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.780	584	205
5. Exigível Contingencial	-	-	-

Plano de Benefícios D
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI NOVARTIS SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (“Previ Novartis” ou “Entidade”), é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 20 de abril de 1988 e constituída em 20 de abril de 1988, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os recursos administrados pela PREVI NOVARTIS são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração da Novartis e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

Plano	Sigla	CNPB	Modalidade ⁽¹⁾	Patrocinador
Plano de Benefícios A	Plano A	19.970.013-65	CV	Novartis Biociências S.A.; Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada.; Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.
Plano de Benefícios D	Plano D	20.020.001-74	CD	

⁽¹⁾ Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido (BD). Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de agosto de 2017 apresenta a seguinte posição:

PLANO	Ativos		Assistidos		BPD		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Plano de Benefícios A	137	170	507	508	185	203	829	881
Plano de Benefícios D	1.627	1.772	37	35	688	623	2.352	2.430
Total	1.764	1.942	544	543	873	826	3.181	3.311

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e as alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

– **Gestão Previdencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

– **Gestão Administrativa** - Atividade de registro e de controle inerentes à administração do plano de benefícios;

– **Investimentos** - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano de benefícios.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado – BP;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

As eliminações necessárias   consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instru o Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, são "Participa o no Plano de Gestão Administrativa", "Participa o no Fundo Administrativo PGA", "Outros Realizáveis" e "Relacionados com o Disponível" (Nota 13).

A PREVIC aprovou por meio da Portaria nº 511 de 25/10/2016 a cisão e transferência de gerenciamento da parte cindida do Plano de Benefícios A, CNPB nº 1997.0013-65 para a LILLYPREV – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. Em 1/3/2017 foi realizada a efetiva cisão e transferência dos recursos para entidade receptora. A PREVIC aprovou por meio da Portaria nº 512 de 25/10/2016 a cisão e transferência de gerenciamento da parte cindida do Plano de Benefícios D, CNPB nº 2002.0001-74 para a LILLYPREV – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. Em 1/3/2017 foi realizada a efetiva cisão e transferência dos recursos para entidade receptora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os saldos dos Planos, em razão da transferência de gerenciamento (retirada da patrocinadora Novartis Saúde Animal LTDA) para a LILLYPREV – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, respectivamente, citados acima, foram registrados na rubrica “Operações Transitórias”.

Em 31 de março de 2017, data-base do processo de retirada de patrocínio, a posição patrimonial do Plano de Benefícios A e do Plano de Benefícios D, bem como o efeito da retirada da patrocinadora Novartis Saúde Animal LTDA estão demonstrados a seguir:

Plano		Ativo	
	Consolidado	Transferência de Gerenciamento Novartis Saúde Animal Ltda.	Saldo Remanescente
Plano de Benefícios A	865.385	(47.105)	818.280

Plano		Passivo	
	Consolidado	Transferência de Gerenciamento Novartis Saúde Animal Ltda.	Saldo Remanescente
Plano de Benefícios A	865.385	(47.105)	818.280

Plano		Ativo	
	Consolidado	Transferência de Gerenciamento Novartis Saúde Animal Ltda.	Saldo Remanescente
Plano de Benefícios D	253.711	(15.896)	237.815

Plano		Passivo	
	Consolidado	Transferência de Gerenciamento Novartis Saúde Animal Ltda.	Saldo Remanescente
Plano de Benefícios D	253.711	(15.896)	237.815

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

A) ATIVO REALIZÁVEL

– **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, que são registradas pelo regime de competência, sendo que os autopatrocinados são registrados pelo regime de caixa, observando-se o plano de custeio e CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, anexo C.

– **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos, bem como depósitos judiciais/recursais.

– **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a. **Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;

b. **Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

B) EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

C) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra os montantes decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de processos judiciais a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

D) PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas dos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

e) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

f) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Contingências e provisões: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores perenes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

G) IMPOSTOS

I. Imposto de Renda

– Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

– Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela Entidade, passou-se a efetuar o recolhimento de COFINS a partir da competência de janeiro de 2015 (Nota 5 e 8).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo que os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeadas através de contribuições das Patrocinadoras, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade;
- **Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

O saldo do ativo realizável é composto pelos seguintes grupos de contas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

a) Gestão Previdencial

Plano	2017		2016
	Contribuições a Receber		
Plano de Benefícios A	207		216
Plano de Benefícios D	1.978		872
Total	2.185		1.088

b) Gestão Administrativa

Plano	2017					2016
	Contribuições para Custeio	Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽¹⁾	Tributos a Compensar	Outros Realizáveis	Total	
Plano de Benefícios A	15	395	-	1	411	412
Plano de Benefícios D	179	920	30	13	1.142	998
Total	194	1.315	30	14	1.553	1.410

⁽¹⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas de administração e execução de planos de benefícios (Nota 8).

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de 5 anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável. A composição da carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Plano	2017		2016
	Fundos de Invest.		
Plano de Benefícios A	794.739		799.416
Plano de Benefícios D	236.976		220.217
Total	1.031.715		1.019.633

Plano	Fundos de Investimentos			
	Renda Fixa	Multimercado	2017	2016
Plano de Benefícios A	295.638	499.101	794.739	799.416
Plano de Benefícios D	14.171	222.805	236.976	220.217
Total	309.809	721.906	1.031.715	1.019.633

Plano	Fundos de Investimentos - Renda Fixa		
	2017		2016
	ALM FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA ⁽¹⁾		
Plano de Benefícios A	295.638		313.976
Plano de Benefícios D	14.171		13.029
Total	309.809		327.005

⁽¹⁾ O objetivo do projeto ALM é proteger a parcela de risco dos planos, atrelando os compromissos das rendas vitalícias e parcelas de risco com investimentos em NTN-Bs (Títulos do governo atrelados a inflação), através da aplicação no Fundo Exclusivo ALM FI RENDA FIXA, casando o retorno dos títulos com o pagamento dos benefícios. Parte desses títulos estão classificados como "mantidos até o vencimento" e possuem vencimentos que variam de 08/2018 a 08/2050.

Plano	Fundos de Investimentos - Multimercado				2017	2016
	SUPER CONSERVADOR FICFIM CP	CONSERVADOR FICFI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	MODERADO FICFI MULTIMERCADO CP	AGRESSIVO FICFI CP		
Plano de Benefícios A	201.686	186.723	104.101	6.591	499.101	485.439
Plano de Benefícios D	84.058	64.857	65.071	8.819	222.805	207.189
Total	285.744	251.580	169.172	15.410	721.906	692.628

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

B) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBOvespa e CETIP o qual ocorreu a fusão em 2017), no Itaú Unibanco S.A e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

I. Composição dos Investimentos dos Fundos Exclusivos (Nível I)

Descrição	Vencimento				2017	2016
	Natureza	Indeterminado	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Mantidos para negociação						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Pública	-	918	53.676	54.594	-
Operações Compromissadas - LTNs	Privada	-	80.679	-	80.679	-
Cotas de Fundos de Investimento	Privada	719.129	-	-	719.129	691.372
Fundos Exclusivos (Nível II)		661.806	-	-	661.806	656.240
FI REN FIXA CP BASEL		142.935	-	-	142.935	190.331
IT AMAZONITA CP IMAS		142.816	-	-	142.816	190.228
ITAU CALCEDONIA CEP		187.858	-	-	187.858	137.815
FI RENDA FIXA LAB		188.198	-	-	188.198	137.866
Fundos Abertos		57.323	-	-	57.323	35.132
B FIC INST IBRX ALPH		1.751	-	-	1.751	1.496
OCEANA VALOR FIA		6.955	-	-	6.955	3.031
OCEANA LONG SHORT MM		2.218	-	-	2.218	1.900
SANT FICFI STAR LS M		5.233	-	-	5.233	4.301
BNP PARIBAS L AND SH		3.343	-	-	3.343	2.506
VINCI GAS DIVID FIA		-	-	-	-	2.622
GAS LÓTUS HG FIA		-	-	-	-	153
BRZ EQUITY FUNDA FIA		-	-	-	-	2.269
FOF MULTI GLOB EQ MM		6.876	-	-	6.876	2.925
POLLUX AÇÕES INST I		4.304	-	-	4.304	2.342
BBM BAHIA FIC FIM		-	-	-	-	3.984
BBM Valuation II		4.510	-	-	4.510	-
SAFRA GALILEO FIM		4.021	-	-	4.021	3.508
SPX NIM ESTRU FIC MM		6.939	-	-	6.939	-
ITA RF REFDI CUST SO		1.038	-	-	1.038	895
BNP P ACTION FIC FIA		5.480	-	-	5.480	1.451
BRASIL PLURAL FICFIA		4.653	-	-	4.653	1.749
Mantidos até o vencimento						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Pública	-	2.300	172.258	174.558	257.947
Notas do Tesouro Nacional (LTN OVER)	Pública	-	-	-	-	69.080
Ações						
IVVB11		2.765	-	-	2.765	1.283
Disponibilidades	Privada	-	80	-	80	42
Valores a Pagar	Privada	-	(90)	-	(90)	(91)
Total		721.894	83.886	225.935	1.031.715	1.019.633

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	2017				
	Quantidade	Data Vencimento	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado	Valor Contábil (Custo)
NTN - Notas do Tesouro Nacional	53.859		177.408	2.850	174.558
NTN - Notas do Tesouro Nacional	738	8/15/2018	2.328	28	2.300
NTN - Notas do Tesouro Nacional	1.756	5/15/2019	5.607	190	5.417
NTN - Notas do Tesouro Nacional	2.796	8/15/2020	9.113	318	8.795
NTN - Notas do Tesouro Nacional	890	8/15/2022	2.909	90	2.819
NTN - Notas do Tesouro Nacional	2.115	5/15/2023	6.806	169	6.637
NTN - Notas do Tesouro Nacional	10.861	8/15/2024	35.507	801	34.706
NTN - Notas do Tesouro Nacional	8.691	8/15/2030	28.740	492	28.248
NTN - Notas do Tesouro Nacional	8.448	5/15/2035	27.703	276	27.427
NTN - Notas do Tesouro Nacional	5.472	8/15/2040	18.338	145	18.193
NTN - Notas do Tesouro Nacional	4.003	5/15/2045	13.195	84	13.111
NTN - Notas do Tesouro Nacional	8.089	8/15/2050	27.162	257	26.905
Total	53.859		177.408	2.850	174.558

II. Composição dos Investimentos dos Fundos Exclusivos (Nível II)

Descrição	Vencimento				2017	2016
	Natureza	Indeterminado	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Certificado de Depósito Bancário	Privada	-	7.103	2.110	9.213	8.556
IT AMAZONITA CP IMAS		-	516	989	1.505	535
FI REN FIXA CP BASEL		-	5.760	-	5.760	7.501
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	287	-	287	520
FI RENDA FIXA LAB		-	539	1.121	1.660	-
Derivativo	Privada	-	45	-	45	-
IT AMAZONITA CP IMAS		-	21	-	21	-
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	24	-	24	-
Letras Financeiras	Privada	-	83.953	37.710	121.663	208.870
IT AMAZONITA CP IMAS		-	45.477	10.970	56.446	91.484
FI REN FIXA CP BASEL		-	25.952	18.799	44.752	53.290
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	8.195	3.252	11.448	37.392
FI RENDA FIXA LAB		-	4.329	4.689	9.018	26.704
Debêntures	Privada	-	11.371	24.950	36.321	37.757

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IT AMAZONITA CP IMAS		-	3.670	-	3.670	4.114
FI REN FIXA CP BASEL		-	6.064	21.116	27.180	24.438
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	1.496	411	1.907	3.605
FI RENDA FIXA LAB		-	141	3.423	3.564	5.600
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	Pública	-	109.526	170.172	279.698	193.182
IT AMAZONITA CP IMAS		-	26.736	49.422	76.158	89.168
FI REN FIXA CP BASEL		-	7.028	53.747	60.775	95.794
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	42.760	65.147	107.906	1.848
FI RENDA FIXA LAB		-	33.003	1.857	34.859	6.372
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	Pública	-	2.999	81	3.081	18.814
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	-	-	2.798
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	81	81	12.024
FI RENDA FIXA LAB		-	2.999	-	2.999	3.992
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Pública	-	-	9	9	15.161
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	-	-	4.613
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	9	9	10.548
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	Pública	-	10.321	118.147	128.468	143.389
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	5.039	5.039	3.944
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	5.211	60.980	66.191	70.911
FI RENDA FIXA LAB		-	5.110	52.128	57.238	68.534
Operações Compromissadas - LTNs	Privada	-	80.091	-	80.091	44.657
FI REN FIXA CP BASEL		-	3.271	-	3.271	276
FI RENDA FIXA LAB		-	76.820	-	76.820	44.381
Cotas de Fundos de Investimento	Privada	1.208	-	-	1.208	2.613
FI REN FIXA CP BASEL		1.208	-	-	1.208	1.636
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	-	-	977
Nota Comercial	Privada	-	-	2.020	2.020	1.018
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	-	-	1.018
FI RENDA FIXA LAB		-	-	2.020	2.020	-
Disponibilidades		-	-	21	21	18
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	3	3	3
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	11	11	11
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	5	5	1
FI RENDA FIXA LAB		-	-	3	3	3
Valores a Receber (a pagar)		-	-	(32)	(32)	(17.795)
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	(27)	(27)	(36)
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	(22)	(22)	(27)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ITAU CALCEDONIA IMAG	-	-	(1)	(1)	(10)
FI RENDA FIXA LAB	-	-	17	17	(17.722)
Total	1.208	305.410	355.188	661.806	656.240

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

O saldo do exigível operacional é composto pelos seguintes grupos de contas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

A) GESTÃO PREVIDENCIAL

Plano	2017			2016
	Retenções sobre a Folha de Benefícios	Outras Exigibilidades	TOTAL	
Plano de Benefícios A	514	-	514	542
Plano de Benefícios D	26	112	138	35
Total	540	112	652	577

B) GESTÃO ADMINISTRATIVA

Plano	2017				2016
	Despesas a pagar ⁽¹⁾	Retenções a Recolher	Tributos	TOTAL	
Plano de Benefícios A	9	3	3	15	20
Plano de Benefícios D	94	12	12	118	194
Total	103	15	15	133	214

⁽¹⁾ Serviços advocatícios, de informática e administração previdencial e dos investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O saldo do exigível contingencial é composto pelos seguintes grupos de contas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

A) GESTÃO ADMINISTRATIVA

Plano	Processos de Ações Pis e Cofins (¹)		
	2016	Atualização	2017
Plano de Benefícios A	369	26	395
Plano de Benefícios D	860	60	920
Total	1.229	86	1.315

(¹) Em 28 de março de 2012 foi proferido despacho, o qual desacolheu a preliminar relativa à ausência de interesse de agir, rejeitou a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido e abriu prazo para especificação de provas a produzir. Em 3 de abril de 2012, foi protocolada petição da autora, requerendo produção de prova pericial contábil/fiscal, com indicação de perito apto, bem como a intimação da ré para apresentação de cópia integral do processo administrativo. Em 2017 os autos encontram-se suspensos, em virtude de recurso extraordinário paradigma, sob nº 609.096/RS, que encontra-se pendente de julgamento.

B) PROCESSOS CLASSIFICADOS COMO POSSÍVEIS

Resumo	Quantidade	2017	2016
Cível/Trabalhista (¹)	1	50	-
Tributária (²)	1	827	819
Total	2	877	819

(¹) Contribuição da patrocinadora sobre o auxílio doença.

(²) Pedido de restituição perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, de receitas que não deveriam compor a base de cálculo nas competências de 01/2002 a 12/2007 e que estavam sendo incluídas, o qual foi considerado "não formulado" por ter sido feito "em papel" e não por meio eletrônico.

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões de benefícios a conceder – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

B) PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Os cálculos das provisões matemáticas de 2017 e 2016 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Hipótese	2017		2016	
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D
Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾	4,38% a.a.	4,38% a.a.	4,33% a.a.	4,38% a.a.
Crescimento Real do Salário ⁽²⁾	1,95% a.a.	2,63% a.a.	1,95% a.a.	2,63% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo				
- Salários	100%	100%	100%	100%
- Benefícios do Plano	97%	97%	97%	97%
- Benefícios do INSS	97%	97%	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral ⁽³⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca	Light-Fraca	Light-Fraca
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano D 2013 – 2017	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano D 2012 – 2016
Tábua de Entrada em Aposentadoria	Aos 55 anos = 14%	Aos 55 anos = 14%	Aos 55 anos = 21%	Aos 55 anos = 21%
	Aos 56 anos = 17%	Aos 56 anos = 17%	Aos 56 anos = 21%	Aos 56 anos = 21%
	Aos 57 anos = 20%	Aos 57 anos = 20%	Aos 57 anos = 18%	Aos 57 anos = 18%
	Aos 58 anos = 20%	Aos 58 anos = 20%	Aos 58 anos = 18%	Aos 58 anos = 18%
	Aos 59 anos = 25%	Aos 59 anos = 25%	Aos 59 anos = 18%	Aos 59 anos = 18%
	Aos 60 anos = 100%			
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Financeiro	Financeiro	Financeiro	Financeiro

⁽¹⁾ Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,38% a.a. (Plano A) e 4,38% a.a. (Plano D). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,38% a.a. (Plano A) e 4,38% a.a. (Plano D), condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores. Sendo assim, a Entidade e as Patrocinadoras dos Planos alteraram a taxa real anual de juros de 4,38% a.a. para o Plano A e D.

⁽²⁾ Em 31/12/2017 a taxa de crescimento real de salário foi de 1,95% a.a. (Plano A) e 2,63% a.a. (Plano D).

⁽³⁾ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%) - segregado por sexo.

⁽⁴⁾ São usados os métodos atuariais financeiros para as parcelas de Benefício Definido e para o Plano de Benefícios CD, exceto o Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte que foi avaliado pelo "Crédito Unitário Projetado".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

C) EVOLUÇÃO

Descrição	2016	Constituição/ (Reversão)	2017
Benefícios Concedidos	393.337	(14.395)	378.942
Plano de Benefícios A	382.196	(15.257)	366.939
Plano de Benefícios D	11.141	862	12.003
Benefícios a Conceder	480.688	17.365	498.053
Plano de Benefícios A	283.404	(3.126)	280.278
Plano de Benefícios D	197.284	20.491	217.775
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.380)	2.389	(1.991)
(-) Serviço Passado	(4.380)	2.389	(1.991)
Plano de Benefícios ⁽¹⁾	(4.380)	2.389	(1.991)
Total	869.645	5.359	875.004

⁽¹⁾ O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 7 meses, contados a partir de 31/12/2017.

A evolução dos saldos dos contratos foi a seguinte:

Planos	Saldo no Início do Exercício	Recebimento de Contribuições	Atualização / Repactuação	Saldo Final do Exercício
Plano de Benefícios A ⁽¹⁾	(4.380)	2.706	(317)	(1.991)
TOTAL	(4.380)	2.706	(317)	(1.991)

⁽¹⁾ O saldo devedor é atualizado mensalmente pela meta atuarial do plano, ou seja, pelo indexador do plano e pela taxa de juros adotada na última avaliação atuarial.

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

A) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Plano	2016	Superavit do Exercício	2017
Plano de Benefícios A	39.664	11.123	50.787
Plano de Benefícios D	3.461	1.639	5.100
Total	43.125	12.762	55.887

B) CÁLCULO DO LIMITE DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Os cálculos do limite da reserva de contingência dos planos foram as seguintes:

Descrição	2017		2016	
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D
Saldo de Provisões Matemáticas - Benefício Definido (a)	242.621	9.013	273.950	9.637
Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado				
Limite do Déficit Técnico Acumulado (a * b)	9.705	361	10.958	385
Cálculo do limite da Reserva de Contingência				
Duração do Passivo do Plano acrescido de 10 pontos (b)	19,47	27,49	19,72	27,60
Limite do Superávit Técnico calculado pelo fator (a * b)	47.238	2.478	54.023	2.660
Limite do Superávit Técnico calculado em 25% das PM (a * 25%)	60.655	2.253	68.488	2.409
Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre os limites)	47.238	2.253	54.023	2.409

Considerando que os planos apuraram Superávit Técnico Acumulado superior ao limite, foi constituindo Reserva Especial, no montante de R\$ 3.548 (Plano A) e R\$ 2.847 (Plano D), conforme Resolução CGPC 26/08.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Equilíbrio Técnico Ajustado	2017		2016	
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D
a) Equilíbrio Técnico Contábil	50.787	5.100	39.664	3.461
b) (+/-) Ajuste de Precificação (*)	15.120	854	17.433	823
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a + b)	65.907	5.954	57.097	4.284

NOTA 11 – FUNDOS

a) **Fundo Previdencial** – Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores serão utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições/aportes em nome dos participantes, conforme estabelecido no regulamento do plano.

b) **Fundo Administrativo** – Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas e as despesas administrativas mensais efetivamente incorridas.

Descrição	2016	Remuneração	Constituição	(Utilização)	2017
Fundos Previdenciais	107.232	9.747	3.575	(19.126)	101.428
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar					
Plano de Benefícios A	98.429	9.248	539	(9.013)	99.203
Plano de Benefícios D	3.605	333	1.716	(3.429)	2.225
Revisão de Plano					
Plano de Benefícios D	4.924	152	1.320	(6.396)	-
Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial					
Plano de Benefícios A	194	10	-	(204)	-
Plano de Benefícios D	80	4	-	(84)	-
Fundos Administrativos	652	88	2.547	(1.879)	1.408
Plano de Benefícios A	263	38	461	(234)	528
Plano de Benefícios D	389	50	2.086	(1.645)	880
Total	107.884	9.835	6.122	(21.005)	102.836

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 12 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras Novartis Biociências S.A.; Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada; e Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.; cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos Planos: Plano de Benefícios A e Plano de Benefícios D, para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

NOTA 13 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Participação no Plano de Gestão Administrativa	1.408	652
Plano de Benefícios A	528	263
Plano de Benefícios D	880	389
Participação no Fundo Administrativo PGA	1.408	652
Plano de Benefícios A	528	263
Plano de Benefícios D	880	389
Outros Realizáveis ⁽¹⁾	2.285	1.916
Plano de Benefícios A	1.508	1.447
Plano de Benefícios D	777	469
Relacionados com o Disponível ⁽¹⁾	2.285	1.916
Plano de Benefícios A	498	1.332
Plano de Benefícios D	1.787	584

⁽¹⁾ Referem-se as movimentações patrimoniais (Pagar e Receber) entre os perfis de investimentos a serem realizados financeiramente no mês seguinte.

RENATA DESIDÉRIO

Diretora-presidente
CPF: 322.571.748-79

MUCIO DE CAMPOS MAIA NETO

Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

SELMA FREITAS DE ANDRADE

Contadora
CRC: 1SP 263.694/O-4
CPF: 073.508.078-05



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS, PARTICIPANTES E PATROCINADORAS

PREVI NOVARTIS - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Previ Novartis, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com

as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

CAIO FERNANDES ARANTES

Contador CRC 1SP222767/O-3



PARECER
DO CONSELHO
FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e pela legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal da Previ Novartis reuniram-se nesta data para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2017, bem como os atos e as contas apresentadas pela Diretoria Executiva da Previ Novartis por meio dos seguintes documentos:

- a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c)** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d)** Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano A e do Plano D comparativa com o exercício anterior;
- e)** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano A e do Plano D de comparativa com o exercício anterior;
- f)** Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT do Plano A e do Plano D comparativa com o exercício anterior;
- g)** Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas;
- h)** Parecer dos auditores independente emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independente;
- i)** Pareceres Atuariais emitidos pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano A e do Plano D do exercício de 2017.

Examinados os documentos acima listados e constatado por este Conselho que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto da Previ Novartis, os membros deste Conselho emitem Parecer favorável às informações constantes das Demonstrac es Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, que refletem as atividades da Previ Novartis no referido exercício.

São Paulo, 27 de març o de 2018

ANDERSON PENNACHIO GARBIN
PRESIDENTE

LUCIANO DE BARROS CORRADINI
Conselheiro repres. Patrocinadoras

PAULO MURADIAN
Conselheiro repres. Participantes e Assistidos



ATA DA
REUNIAO
DO CONSELHO
DELIBERATIVO

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA PREVI NOVARTIS - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA REALIZADA EM 27/03/2018.

Em 27 (vinte e sete) de março de 2018, às 14:00 h, na sede social na Av. Prof. Vicente Rao, nº 90, CEP 04636-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada, conforme segue: Daniel Antonio Perin, Corinna Iara Hoffmann e Eduardo Ambrosini. Foi designado o Sr. Daniel Antonio Perin para presidir a reunião, que convidou a mim, Marina Afnan, para secretariar a presente reunião.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2017.

Esclarecimentos: De acordo com as disposições estatutárias vigentes da Previ Novartis, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Previ Novartis relativas ao exercício findo em 31/12/2017. Em seguida, o Sr. Presidente informou, ainda, que para a elaboração das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2017 foram observadas as disposições da Resolução CNPC nº 8/2011 e da Instrução SPC nº 34/2009. Esclareceu que, em atendimento às disposições constantes do item 17, do Anexo C, da supracitada Resolução a Diretoria Executiva da Previ Novartis será responsável por encaminhar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc as Demonstrações Contábeis de 2017 contendo os seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano A e do Plano D comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL do Plano A e do Plano D comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstração das Provisões Técnicas – DPT do Plano A e do Plano D comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido

pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; **i)** Pareceres Atuariais emitidos pela Willis Towers Watson contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano A e do Plano D, do exercício de 2017; **j)** Parecer do Conselho Fiscal da Previ Novartis; e **k)** Manifestação do Conselho Deliberativo da Previ Novartis com a aprovação das Demonstrações Contábeis. O Sr. Presidente ressaltou que os documentos citados nas letras de “a” até “g”, encontram-se assinados e rubricados pela dirigente máxima da Previ Novartis, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, nº do CPF e nº do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. Destacou que as Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos Pareceres Atuariais e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviadas para análise do Conselho Fiscal da Previ Novartis, que emitiu parecer favorável, o qual foi encaminhado a este Conselho, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. Salientou que, em atendimento ao disposto na legislação vigente aplicável, a Diretoria Executiva enviará à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc as Demonstrações Contábeis em conjunto com os documentos pertinentes até 29/3/2018.

DELIBERAÇÕES: Após análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis da Previ Novartis referentes ao exercício findo em 31/12/2017 e que refletem as operações financeiras e contábeis da Previ Novartis no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho em relação aos documentos apresentados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes rubricada e assinada por meio da lista de presença anexa.

DANIEL ANTONIO PERIN

Presidente

MARINA AFNAN

Secretária



PARECER
ATUARIAL
PLANO A

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/08/2017.

As empresas patrocinadoras do Plano A são: Novartis Biociências S/A., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmacêutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano A.

O Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada encontra-se em extinção desde 26/2/2002.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 266, de 28/05/2014, publicada no D.O.U. de 29/05/2014.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		31/08/2017
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		137
Idade média (em anos)		50,0
Tempo de serviço médio (em anos)		22,3
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
Número		185
¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido		
Benefícios Concedidos		31/08/2017
Número de aposentados válidos		
		287
Idade média (em anos)		70,4
Valor médio do benefício (em reais)		6.044
Número de aposentados inválidos ²		
		22
Idade média (em anos)		64,7
Valor médio do benefício (em reais)		2.749
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo		
		100
Idade média (em anos)		59,5
Valor médio do benefício		6.048
Número de pensionistas (grupos familiares)		
		98
Idade média (em anos)		68,8
Valor médio do benefício (em reais)		3.198

² Inclui 2 auxílios-doença há mais de 2 anos

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano A, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses atuariais	2017	2016
Taxa Real Anual de Juros	4,38% a.a.	4,33% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,95% a.a.	1,95% a.a.
Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	100%	100%
Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS	97%	97%
Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ⁽¹⁾	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Rotatividade	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Aos 55 anos = 14% Aos 56 anos = 17% Aos 57 anos = 20% Aos 58 anos = 20% Aos 59 anos = 25% Aos 60 anos = 100%	Aos 55 anos = 21% Aos 56 anos = 21% Aos 57 anos = 18% Aos 58 anos = 18% Aos 59 anos = 18% Aos 60 anos = 100%
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	77% de casados e esposa 3 anos mais nova que o homem	82% de casados e esposa 3 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)

¹ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

As hipóteses mencionadas anteriormente, foram fundamentadas com base no estudo de aderência das hipóteses atuariais realizado em setembro de 2017 para atender os dispositivos previstos na redação vigente na Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23/2015.

Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de válidos;
- Mortalidade de inválidos;
- Tábua de entrada em invalidez;
- Rotatividade (desligamentos);
- Entrada em aposentadoria;
- Composição familiar;
- Crescimento real dos salários;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo;
- Taxa de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 375/2017 e a Instrução nº 23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, realizou em 2017, estudo de aderência da taxa de juros do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,38% a.a. para o plano de benefícios. Assim, pode-se afirmar,

com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,38% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Com base na Portaria nº 375/2017 a taxa mínima de juros é 4,38% a.a.. Diante disso, a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Complementar e com aval das patrocinadoras alteraram a taxa de juro de 4,33% a.a. (quatro vírgula trinta e três por cento) utilizada na avaliação atuarial de 2016 para 4,38% a.a. (quatro vírgula trinta e oito por cento).

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Com base nos resultados do estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salário, a recomendação da Willis Towers Watson foi pela manutenção da projeção do crescimento salarial de 1,95% a.a..

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 1,95% a.a. reflete a expectativa da empresa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com a política de Recursos Humanos das empresas patrocinadoras em questão.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários no valor de 97% reflete o resultado do estudo realizado em setembro de 2017.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados pela Willis Towers Watson indicaram pela manutenção das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez e rotatividade adotadas no ano anterior e a necessidade de alteração das probabilidades de entrada em aposentadoria e composição familiar.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

■ Regime Financeiro: Capitalização

■ Métodos:

Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;

Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balancete da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social do Plano A é de R\$ 795.744.261,12.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

De acordo com informações prestadas pela Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada para a manutenção de títulos classificados contabilmente como “mantidos até o vencimento” o Plano possui estudos que evidenciam que a carteira de títulos classificados como “mantidos até o vencimento” possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	696.012.860,27
Provisões Matemáticas	645.226.249,80
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>366.939.696,37</i>
Contribuição Definida	125.078.149,37
Saldo de Conta de Assistidos	125.078.149,37
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	241.861.547,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	187.773.929,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	54.087.618,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>280.277.753,25</i>
Contribuição Definida	277.526.631,25
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	150.774.226,15
Saldo de Contas – Parcela Participantes	126.752.405,10
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.751.122,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.311.647,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(560.525,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>(1.991.199,82)</i>
Serviço Passado	(1.991.199,82)
Patrocinador(es)	(1.991.199,82)
Participantes	0,00
Equilíbrio Técnico	50.786.610,47
<i>Resultados Realizados</i>	<i>50.786.610,47</i>
Superávit Técnico Acumulado	50.786.610,47
Reserva de Contingência	47.238.400,05
Reserva Especial para Revisão de Plano	3.548.210,42
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	99.731.400,85
Fundo Previdencial	99.202.791,33
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	99.202.791,33
Outros – Previstos em Nota Técnica Atuarial (Fundo Diferença de Inativos)	0,00
Fundo Administrativo	528.609,52

O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não consideradas no cálculo dos benefícios ou dos institutos e será utilizado para abatimento das contribuições de patrocinadora ou para cobertura de eventuais insuficiências, conforme previsto no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em Parecer do Atuário.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

— Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Limite máximo	Limite pela fórmula	Menor limite
25%	$10\% + (1\% \times 9,47) = 19,47\%$	19,47%

Uma vez que o limite de 19,47% calculado pela fórmula é menor que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a R\$ 47.238.400,05 sendo o restante do Superávit alocado em Reserva Especial.

Ressaltamos que as provisões matemáticas para cálculo do limite da reserva de contingência consideram a provisão matemática relativa à parcela de benefício definido do plano deduzida da provisão matemática a constituir.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma, foi calculado pela Previ Novartis o valor de ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos seus títulos públicos federais atrelados à índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual de 4,38% a.a., e o valor contábil desses títulos, porém na apuração do equilíbrio técnico acumulado não há ajustes a serem efetuados uma vez que o plano não apresentou déficit a equacionar, nem tão pouco reserva especial a ser destinada em 31/12/2017, conforme prevista na Resolução CGPC nº26/2008.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2017.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	647.217.449,62	643.413.675,45	0,59%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>366.939.696,37</i>	<i>362.846.956,31</i>	<i>1,13%</i>
Contribuição Definida	125.078.149,37	125.078.149,37	0,00%
Benefício Definido	241.861.547,00	237.768.806,94	1,72%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>280.277.753,25</i>	<i>280.566.719,14</i>	<i>-0,10%</i>
Contribuição Definida	277.526.631,25	277.526.631,25	0,00%
Benefício Definido	2.751.122,00	3.040.087,89	-9,51%

Convém ressaltar que 37,79% (R\$244.612.669,00) do Passivo Atuarial de R\$647.217.449,62 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 62,21% restantes (R\$402.604.780,62) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas

informações são de inteira responsabilidade da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

O aumento da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos ocorreu devido as novas concessões de benefícios no período. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder relativa ao benefício definido pode ser explicada pela redução da massa de participantes e pelas alterações das hipóteses de taxa real anual de juros, entrada em aposentadoria e composição familiar baseadas nos Estudos de Aderência.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI – PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de abril/2018 a março/2019, as contribuições mensais equivalentes a 7,56% da folha de salários de participantes, sendo 0,43% correspondente aos benefícios de incapacidade e pensão por morte e 7,13% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado. Além dessas contribuições, as patrocinadoras deverão contribuir com 7,37% da folha de salários de participantes para custear a despesa administrativa.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 10,50% da folha de salários de participantes (contribuição normal). O Fundo de Reversão será utilizado durante o ano de 2018 para custear 100% da contribuição Normal de patrocinadora e da contribuição correspondente ao benefício mínimo de aposentadoria e aos benefícios de incapacidade, pensão por morte, para cobertura do Serviço Passado.

As despesas administrativas serão custeadas com contribuições revertidas do Fundo de Reversão conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 7 meses, contados a partir de 31/12/2017.

PARTICIPANTES

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 7,00% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

AUTOPATROCINADOS

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora definidas acima, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas. As contribuições serão definidas mediante aplicação dos percentuais sobre o respectivo salário de contribuição.

RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Assim, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/4/2018)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	0,43%	0,39%
Serviço Passado	7,13%	9,54%
Contribuição Total dos Patrocinadores	7,56%	9,93%

VII – CONCLUSÃO

O superávit apresentado no encerramento do exercício de 2017 decorre do aumento da taxa de juros decorrente do Estudo de Aderência e do rendimento do patrimônio ter sido superior ao esperado.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos. As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente. Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações. Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de
2018.

**GESIANE DE MATTOS
CAVALCANTE MOREIRA**
MIBA nº 889

ADRIANA GOMES RODRIGUES
MIBA nº 992



**PARECER
ATUARIAL
PLANO D**

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/08/2017.

As empresas patrocinadoras do Plano D são: Novartis Biociências S/A., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmaceutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela entidade aos participantes e respectivos beneficiários do Plano D. A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 178, de 06/04/2015, publicada no D.O.U. de 07/04/2015.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		31/08/2017
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		1.627
Idade média (em anos)		38,3
Tempo de serviço médio (em anos)		6,3
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
Número		688
Benefícios Concedidos		31/08/2017
Número de aposentados válidos		
		11
Idade média (em anos)		58,0
Valor médio do benefício (em reais)		3.228
Número de aposentados inválidos ²		
		10
Idade média (em anos)		41,9
Valor médio do benefício (em reais)		284
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo		
		11
Idade média (em anos)		55,9
Valor médio do benefício		3.875
Número de pensionistas (grupos familiares)		
		5
Idade média (em anos)		44,1
Valor médio do benefício (em reais)		1.103

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui 9 auxílios-doença há mais de 2 anos

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano D, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses atuariais	2017	2016
Taxa Real Anual de Juros	4,38% a.a.	4,38% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	2,63% a.a.	2,63% a.a.
Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	100%	100%
Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS	97%	97%
Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ⁽¹⁾	AT – 2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Rotatividade	Experiência Novartis Plano D 2013 – 2017	Experiência Novartis Plano D 2012 – 2016
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Aos 55 anos = 14%	Aos 55 anos = 21%
	Aos 56 anos = 17%	Aos 56 anos = 21%
	Aos 57 anos = 20%	Aos 57 anos = 18%
	Aos 58 anos = 20%	Aos 58 anos = 18%
	Aos 59 anos = 25%	Aos 59 anos = 18%
	Aos 60 anos = 100%	Aos 60 anos = 100%
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	77% de casados e esposa 3 anos mais nova que o homem	85% de casados, esposa 3 anos mais nova que o homem e 2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 – idade do participante) /2
Indexador do Plano	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)

¹ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

As hipóteses mencionadas anteriormente, foram fundamentadas com base no estudo de aderência das hipóteses atuariais realizado em setembro de 2017 para atender os dispositivos previstos na redação vigente na Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de válidos;
- Mortalidade de inválidos;
- Tábua de entrada em invalidez;
- Rotatividade (desligamentos);
- Entrada em aposentadoria;
- Composição familiar;
- Crescimento real dos salários;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo;
- Taxa de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 375/2017 e a Instrução nº 23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, realizou em 2017, estudo de aderência da taxa de juros do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,38% a.a. para o plano de benefícios. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,38% a.a., condição que sinaliza a cobertura

da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Com base na Portaria nº 375/2017 a taxa mínima de juros é 4,36% a.a.. Diante disso, a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Complementar e com aval das patrocinadoras adotaram a taxa de juro de 4,38% a.a. (quatro vírgula trinta e oito por cento) utilizada na avaliação atuarial de 2016.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Com base nos resultados do estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salário, a recomendação da Willis Towers Watson foi pela manutenção da projeção do crescimento salarial de 2,63% a.a..

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,63% a.a. reflete a expectativa da empresa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com a política de Recursos Humanos das empresas patrocinadoras em questão.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários no valor de 97% reflete o resultado do estudo realizado em setembro de 2017.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados pela Willis Towers Watson indicaram pela manutenção das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez adotadas no ano anterior e a necessidade de alteração da tábua de rotatividade, das probabilidades de entrada em aposentadoria e da composição familiar.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

■ Regime Financeiro: Capitalização

■ Métodos:

Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;

Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, o Patrimônio Social do Plano D em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 237.983.079,55.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

De acordo com informações prestadas pela Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada para a manutenção de títulos classificados contabilmente como “mantidos até o vencimento”, o Plano possui estudos que evidenciam que a carteira de títulos classificados como “mantidos até o vencimento” possui a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	234.878.035,17
Provisões Matemáticas	229.778.159,37
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>12.002.829,80</i>
Contribuição Definida	10.206.125,80
Saldo de Conta de Assistidos	10.206.125,80
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.796.704,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.796.704,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>217.775.329,57</i>
Contribuição Definida	210.558.853,57
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	81.842.750,95
Saldo de Contas – Parcela Participantes	128.716.102,62
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	420.810,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	788.975,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(368.165,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	6.795.666,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	11.873.305,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(5.077.639,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Equilíbrio Técnico	5.099.875,80
<i>Resultados Realizados</i>	<i>5.099.875,80</i>
Superávit Técnico Acumulado	5.099.875,80
Reserva de Contingência	2.253.295,00
Reserva Especial para Revisão de Plano (2º ano)	2.846.580,80
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	3.105.044,38
Fundo Previdencial	2.225.299,12
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	2.225.299,12
Fundo Administrativo	879.745,26

O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não consideradas no cálculo dos benefícios ou dos institutos e será utilizado conforme previsto no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em Parecer do Atuário.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

— Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Para o Plano D da Previ Novartis, temos:

Limite máximo	Limite pela fórmula	Menor limite
25%	$10\% + (1\% \times 17,49) = 27,49\%$	25%

Uma vez que o limite de 27,49% calculado pela fórmula é maior que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a R\$ 2.253.295,00, sendo o restante do superávit alocado em Reserva Especial (2º ano).

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma, foi calculado pela Previ Novartis o valor de ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos seus títulos públicos federais atrelados à índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual de 4,38% a.a., e o valor contábil desses títulos, porém na apuração do equilíbrio técnico acumulado não há ajustes a serem efetuados uma vez que o Plano não apresentou déficit a equacionar, nem tão pouco reserva especial a ser destinada em 31/12/2017, conforme prevista na Resolução CGPC nº26/2008.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2017.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	229.778.159,37	231.027.819,38	-0,54%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>12.002.829,80</i>	<i>12.099.735,22</i>	<i>-0,80%</i>
Contribuição Definida	10.206.125,80	10.206.125,80	0,00%
Benefício Definido	1.796.704,00	1.893.609,42	-5,12%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>217.775.329,57</i>	<i>218.928.084,16</i>	<i>-0,53%</i>
Contribuição Definida	210.558.853,57	210.558.853,57	0,00%
Benefício Definido	7.216.476,00	8.369.230,59	-13,77%

Convém ressaltar que 3,92% (R\$ 9.013.180,00) do Passivo Atuarial de R\$ 229.778.159,37 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 96,08% restantes (R\$ 220.764.979,37) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

A variação nas provisões matemáticas de benefícios concedidos ficou dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes informados pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

A redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder relativa ao benefício definido deve-se à redução na quantidade de participantes e as alterações nas hipóteses baseadas no Estudo de Aderência.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI – PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, de abril/2018 a março/2019 as contribuições equivalentes a 0,52% da folha de salários de participantes correspondentes ao benefício mínimo, aos benefícios de incapacidade e pensão por morte. Além dessa contribuição, as patrocinadoras deverão contribuir com 0,03% da folha de salários de participantes para custear a despesa administrativa.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 4,39% da folha de salários de participantes (contribuição normal).

As despesas administrativas serão custeadas com contribuições revertidas do Fundo de Reversão conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

PARTICIPANTES

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 4,39% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

AUTOPATROCINADOS

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora definidas acima, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas. As contribuições serão definidas mediante aplicação dos percentuais sobre o respectivo salário de contribuição.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/4/2018)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	0,50%	0,46%
Benefício Mínimo	0,02%	0,03%
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,52%	0,49%

VII – CONCLUSÃO

O aumento do Superávit no exercício de 2017 ocorreu em função do rendimento do patrimônio ter sido superior ao esperado e a redução no passivo atuarial do exercício devido a movimentação de massa e alterações de hipóteses baseadas em estudo de aderência.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros.

Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos. As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente. Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações. Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de
2018.

**GESIANE DE MATTOS
CAVALCANTE MOREIRA**
MIBA nº 889

ADRIANA GOMES RODRIGUES
MIBA nº 992



INFORMAÇÕES
SOBRE A
POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS

INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

As informações a seguir aplicam-se aos Planos de Benefícios A e D e ao Plano de Gestão Administrativa da Previ Novartis.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por plano/segmento - período de referência: 1/2017 a 12/2017

PLANOS A E D

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100%	Plano	100%	IGP-DI	4,00%
50%	Renda Fixa	100%	IMA-B	0,00%
50%	Renda Fixa	100%	IMA-S	0,00%
100%	Invest. Estruturados	100%	DI-CETIP	0,00%
100%	Renda Variável	100%	IBrX	0,00%
100%	Invest. no Exterior	100%	MSCI-World	0,00%

PGA

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100%	Plano	100%	IMA-S	0,00%
100%	Renda Fixa	100%	IMA-S	0,00%
100%	Invest. Estruturados	100%	DI-CETIP	0,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Data de aprovação pelo conselho deliberativo: 03/11/2016

Administrador estatutário tecnicamente qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	Mucio de Campos Maia Neto	064.357.868-44	DIRETOR

INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

CONTROLE DE RISCOS

Risco de mercado	Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.
Risco de liquidez	Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.
Risco legal	Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.
Risco operacional	Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Sobre riscos	Plano A	Plano D	PGA
Realiza o apreçamento de ativos financeiros? Dispõe de Manual?	Não Não	Não Não	Não Não
Possui modelo proprietário de risco? Dispõe de Manual?	Sim Não	Sim Não	Sim Não
Realiza Estudos de ALM?	Não	Não	Não

Observação: Todos os ativos são marcados a mercado. Como a gestão é totalmente terceirizada, a responsabilidade pelo apreçamento dos ativos é dos gestores e custodiantes. Os controles de riscos são realizados pelos gestores de recursos e acompanhados através de relatórios elaborados por consultoria especializada.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de referência: 1/2017 a 12/2017

PLANOS A E D

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	30,00%	100,00%	75,00%
Renda Variável	0,00%	40,00%	15,00%
Imóveis	0,00%	5,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	5,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	5,00%

INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PGA

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	90,00%	100,00%	100,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, com o apoio da consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação de ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores de recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Planos A e D oferecem aos participantes 4 perfis de investimentos distintos. Veja os percentuais mínimo e máximo de alocação de cada segmento por perfil:

PLANOS A E D

	Superconservador	Conservador	Moderado	Agressivo
Renda Fixa	80% a 100%	77% a 100%	50% a 100%	30% a 100%
Renda Variável	-	-	0% a 20%	0% a 40%
Imóveis	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%
Empréstimos e Financiamentos	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%
Investimentos Estruturados	0% a 10%	0% a 10%	0% a 10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	0% a 10%	0% a 10%

Observação: A entidade também possui um Perfil denominado Renda Vitalicia destinada aos ativos concedidos e a conceder sob forma de Benefício Definido.

**RESUMO
DO DEMONSTRATIVO
DE INVESTIMENTOS**



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Planos A e D	R\$
Patrimônio por Perfil	
Perfil Super Conservador	285.744.079,93
Perfil Conservador	251.579.803,97
Perfil Moderado	169.172.338,19
Perfil Agressivo	15.409.736,94
Renda Vitalícia	309.808.707,53

Rentabilidade Bruta por Perfil e por Segmento

	Plano	RF	RV	Estruturados	Inv. Exterior	Benchmark	Descrição Benchmark
Perfil Super Conservador	10,01%	10,01%				10,16%	100% IMA-S
Perfil Conservador	11,36%	11,35%		11,62%		11,15%	95%*Benchmark Composto + 5%*CDI
Perfil Moderado	13,18%	11,59%	20,11%	13,10%	18,72%	14,32%	75%*Benchmark Composto + 15%*IBrX + 5%*CDI + 5%*MSCI World Index em Reais
Perfil Agressivo	14,62%	11,60%	20,12%	13,58%	17,22%	16,85%	55%*Benchmark Composto + 30%*IBrX + 7,5%*CDI + 7,5%*MSCI World Index em Reais
Renda Vitalícia	9,61%	9,61%				3,56%	IGP-DI + 4%a.a.

Rentabilidade Líquida por Perfil e por Segmento

	Plano	RF	RV	Estruturados	Inv. Exterior	Benchmark	Descrição Benchmark
Perfil Super Conservador	9,91%	9,91%				10,16%	100% IMA-S
Perfil Conservador	11,26%	11,25%		11,50%		11,15%	95%*Benchmark Composto + 5%*CDI
Perfil Moderado	13,07%	11,47%	20,00%	12,99%	18,61%	14,32%	75%*Benchmark Composto + 15%*IBrX + 5%*CDI + 5%*MSCI World Index em Reais
Perfil Agressivo	14,11%	11,08%	19,62%	12,99%	16,76%	16,85%	55%*Benchmark Composto + 30%*IBrX + 7,5%*CDI + 7,5%*MSCI World Index em Reais
Renda Vitalícia	9,51%	9,51%				3,56%	IGP-DI + 4%a.a.

Observações:

Informações em 31/12/2017 referentes ao ano 2017

As rentabilidades aqui apresentadas foram auferidas com base em metodologia própria utilizada pela Willis Towers Watson e são diferentes daquelas calculadas pelos gestores dos investimentos e/ou por meio da cota do plano, não sendo, portanto, as rentabilidades oficiais do seu plano de benefícios.

As rentabilidades brutas não são apuradas pelas cotas dos fundos, mas sim apuradas pelo fluxo da TIR, com base mensal.

As rentabilidades líquidas não contemplam as taxas cobradas pelos gestores nos fundos e carteiras de 2º nível em diante, e nem os custos contábeis da Entidade. Esses dados são informados pelos gestores e não são validados pela Willis Towers Watson.

As taxas dos fundos são equalizadas gerencialmente para reduzir o impacto aos participantes.

Renda Vitalícia: Foi utilizada a metodologia de marcação na curva para o cálculo do patrimônio e da rentabilidade.

Benchmark Composto: (55% IMA-S + 15% IRF-M + 20% IMA-B5 + 10% IMA-B5+)



**PREVI NOVARTIS –
SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Endereço: Av. Prof. Vicente Rao, 90 –
Brooklin Paulista – 04636-000 – São Paulo
Telefones: (11) 5532-7560 / 7561 / 7562
- 9:00 às 17:00

Email: previ.novartis@novartis.com

Site: www.previnovartis.com.br